

Relatório da Reunião realizada entre Assessorias Jurídicas e Representantes das Entidades Sindicais na GEAP

Data: 2 de junho de 2015

Local: sede da Geap/Autogestão em Saúde, Brasília/DF.

Presentes: Cleuza Faustino (MG), Regina Lacerda (PB) e Lídia de Jesus (BA)

Cumprindo deliberação da última reunião da DEN, diretores de plantão compareceram à reunião da Diretoria Executiva da GEAP-Autogestão em Saúde, que teve objetivo de discutir questões referentes aos processos em andamento no Tribunal de Contas da União (TCU) e no Supremo Tribunal Federal (STF), envolvendo ações que questionam o convênio celebrado entre União, por intermédio do Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão e a GEAP Autogestão em Saúde.

Após apresentação da Assessoria Jurídica da GEAP sobre as iniciativas realizadas junto aos ministros do TCU e recentemente junto ao STF, os representantes da GEAP informaram sobre as provocações que estão sendo feitas pela Unidas, entidade que representa as Autogestões; contatos que a GEAP fez com alguns senadores, com o Ministro da Previdência, dentre outros políticos para juntamente com a assessoria jurídica da GEAP realizar articulações com os ministros do STF com objetivo de apresentar a importância do caráter social que a GEAP cumpre em cuidar da saúde dos servidores e seus familiares, em torno de 600 mil vidas nacionalmente.

Foram enfáticos em afirmar a necessidade das Entidades Nacionais se juntarem em defesa da GEAP para vencer mais uma vez essa batalha nas duas Cortes Especiais e que para isso é muito importante que as Entidades conjuntamente façam uma ampla campanha através de documento conjunto de sensibilização ao gabinete do ministro Luiz Fux, visto que há audiência com o mesmo no próximo dia 11 de junho.

A FENASPS entrevistou de forma objetiva cobrando a volta do controle social nos estados, sobre a necessidade de discussão a respeito do aumento abusivo nas contribuições dos assistidos, ação política mais incisiva dos Gestores da GEAP junto ao Governo visto que o questionamento da Golden Cross não é direcionado a GEAP e sim ao Decreto-lei da Presidente da República de Convênio Único, por isso caberia uma ação do MPOG e Casa Civil junto ao Tribunal de Contas e o Supremo Tribunal Federal.

Afirmamos ainda que o governo fez a segregação dos negócios da GEAP para solucionar a natureza jurídica que nem a própria PREVIC. Outra questão de relevância é o que fazer com o Pecúlio dos nossos servidores e que até o presente momento a intervenção não acabou.

A Fenasps denunciou o loteamento de cargos nos estados pelo Partido dos Trabalhadores e cobramos ainda que os Gestores deveriam sair de dentro da GEAP e buscar o MPOG e Casa Civil para ajudar na solução dos problemas criados pelo Decreto-lei e que não dá mais para os assistidos todos os dias serem ameaçados de não haver mais GEAP, entidade construída a duras penas e mantida com o dinheiro do trabalhador e só receberem notícias de aumentos.

A assessoria jurídica da Condsef e representantes propuseram agendamento de reunião com entidades sindicais e assessoria jurídica para juntos discutirem mais uma vez a situação da GEAP, ora apresentada.

Brasília, 3 de junho de 2015

Plantão/FENASPS